

A PESQUISA GEOGRÁFICA E OS MERCADOS ILEGAIS: NEXOS ENTRE A INOVAÇÃO TERRITORIAL E INFORMALIDADE

63

GEOGRAPHIC RESEARCH AND ILLEGAL MARKETS: LINKS BETWEEN
TERRITORIAL INNOVATION AND INFORMALITY

INVESTIGACIÓN GEOGRÁFICA Y MERCADOS ILEGALES: VÍNCULOS ENTRE
INNOVACIÓN TERRITORIAL E INFORMALIDAD

<https://doi.org/10.51359/2525-6092.2023.259186>

Ana Regina Marinho Dantas Barboza da Rocha Serafim
ana.marinho@upe.br

Universidade de Pernambuco (UPE) - Campus Mata Norte
Nazaré da Mata - Pernambuco – Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-0224-2156>

Gevson Silva Andrade
gevson.andrade@upe.br

Universidade de Pernambuco (UPE) – Campus Mata Norte
Nazaré da Mata - Pernambuco – Brasil
<https://orcid.org/0000-0003-3621-6228>

Paulo César de Oliveira
paulo.cesar@upe.br

Universidade de Pernambuco (UPE) - Campus Mata Norte
Nazaré da Mata - Pernambuco – Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-3054-213X>

SERAFIM, A.; ANDRADE, G.; OLIVEIRA, P. A pesquisa geográfica e os mercados ilegais: nexos entre a inovação territorial e informalidade. Recife, v. 08, n. 02, p.63-82, 2023. <Disponível em <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2023.259186>>

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

Submetido 17 de julho de 2023
Aceito em 08 de dezembro de 2023

64

Resumo:

Para aprofundar o debate epistemológico versus o objeto empírico da geografia e partindo da articulação entre noções de inovação territorial e mercados ilegais, este artigo visa trazer um diálogo específico do conhecimento geográfico sobre questões sociais ligadas as transformações do espaço, intermediado pelo emprego e formulação de critérios analíticos, relacionados à realidade urbana dos mercados ilegais. Busca-se construção correlativa entre modelos teóricos de investigação geográfica, adaptados ao caráter ambivalente e difuso das relações contemporâneas dos mercados ilícitos e informais, constantemente atrelado à inovação técnica do território. O lastro de observação deriva de áreas periféricas sobre o espaço 'vivido' em que a população desenvolve meios de sobrevivência criativos e informais baseados nos mecanismos do comércio formal (competição, resiliência, autorregulação, inovação). Assim, introduz-se o debate com revisão bibliográfica sobre algumas concepções normativas que cercam a dinâmica econômica ilegal em subúrbios e das relações de poder subjacentes aos agentes produtores do território. Por fim, propõe-se uma análise interdisciplinar da realidade criativa (inovadora) integrada aos padrões informais de sociabilidade, enfatizando o entendimento das imbricações entre o real abstrato versus real concreto, que integram o sentido de renovação das territorialidades na periferia, considerada como substrato econômico em movimento.

Palavras-chave: Pesquisa geográfica; mercados ilegais; inovação; informalidade.

Abstract:

In order to deepen the epistemological debate versus the empirical object of geography and starting from the articulation between notions of territorial innovation and illegal markets, this article aims to cooperate in the systematization of principles capable of composing a specific dialogue of geographic knowledge on social issues linked to the transformations of space, intermediated by the use and formulation of analytical criteria, related to the urban reality of illegal markets. A correlative construction is sought between theoretical models of geographic investigation, adapted to the ambivalent and diffuse character of contemporary relations of illicit and informal markets, constantly linked to the technical innovation of the territory. The observation ballast derives from peripheral areas on the 'lived' space in which the population develops creative and informal means of survival based on the mechanisms of formal commerce (competition, resilience, self-regulation, innovation). Thus, the debate is introduced with a bibliographical review on some normative conceptions that surround the illegal economic dynamics in suburbs and the power relations underlying the territory's producing agents. Finally, an interdisciplinary analysis of the creative (innovative) reality integrated with informal patterns of sociability is proposed, emphasizing the understanding of the imbrications

SERAFIM, A.; ANDRADE, G.; OLIVEIRA, P. A pesquisa geográfica e os mercados ilegais: nexos entre a inovação territorial e informalidade. Recife, v. 08, n. 02, p.63-82, 2023. <Disponível em <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2023.259186>>

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>



between the abstract real x concrete real, which integrate the sense of renewal of territorialities in the periphery, considered as an economic substratum in motion.

Keywords: Geographic search; illegal markets; innovation; informality.

Resumen:

Con el fin de profundizar el debate epistemológico versus el objeto empírico de la geografía y a partir de la articulación entre nociones de innovación territorial y mercados ilegales, este artículo pretende cooperar en la sistematización de principios capaces de componer un diálogo específico de saberes geográficos sobre cuestiones sociales vinculadas a las transformaciones del espacio, intermediadas por el uso y formulación de criterios analíticos, relacionados con la realidad urbana de los mercados ilegales. Se busca una construcción correlativa entre modelos teóricos de investigación geográfica, adecuados al carácter ambivalente y difuso de las relaciones contemporáneas de los mercados ilícitos e informales, ligados constantemente a la innovación técnica del territorio. El lastre de observación deriva de áreas periféricas sobre el espacio 'vivido' en el que la población desarrolla medios de supervivencia creativos e informales basados en los mecanismos del comercio formal (competencia, resiliencia, autorregulación, innovación). Así, se introduce el debate con una revisión bibliográfica sobre algunas concepciones normativas que rodean las dinámicas económicas ilegales en los suburbios y las relaciones de poder que subyacen a los agentes productores del territorio. Finalmente, se propone un análisis interdisciplinario de la realidad creativa (innovadora) integrada con patrones informales de sociabilidad, enfatizando la comprensión de las imbricaciones entre lo real abstracto x lo real concreto, que integran el sentido de renovación de las territorialidades en la periferia, consideradas como un sustrato económico en movimiento.

Palabras-clave: búsqueda geográfica; mercados ilegales; innovación; informalidad.

A violência urbana: aspecto normativo dos mercados ilegais e um esforço reflexivo de interpretação interdisciplinar

Embora, a maioria dos estudos geográficos relacionados à violência esteja frequentemente preocupada com a interpretação quantitativa de dados obtidos e representados por meio das técnicas de geoprocessamento e sensoriamento remoto, por outro lado, torna-se relevante análises abrangentes sobre o espaço, capazes de estabelecer mecanismos explicativos sobre questões urbanas e suas demandas identificáveis na paisagem urbana, sua dinâmica econômica, seus fluxos populacionais e o constructo simbólico que permeia a convivência entre

SERAFIM, A.; ANDRADE, G.; OLIVEIRA, P. A pesquisa geográfica e os mercados ilegais: nexos entre a inovação territorial e informalidade. Recife, v. 08, n. 02, p.63-82, 2023. <Disponível em <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2023.259186>>

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

os indivíduos.

Nesse sentido, em escala internacional ou local, o tema da violência urbana supera o contexto geográfico, passando a ocupar especialmente, uma dimensão social e econômica das cidades contemporâneas. Não limitada apenas aos aspectos de localização e extensão do problema, muitos de seus rebatimentos territoriais são responsáveis por aglutinar contrastes ou (re)configurar a própria dinâmica socioespacial das cidades. Sendo assim, torna-se indispensável refletir a abrangência conceitual de tais processos interventivos em sistemas urbanos e econômicos.

No âmbito acadêmico, Odália (1985) sintetiza que a violência urbana manifestaria uma natureza tão complexa que tornaria difícil sua delimitação conceitual precisa, na medida em que se encontra deflagrada, nas várias esferas do ethos social, assim, necessitando de maior cautela e abrangência para aqueles que pretendem avançar sobre seus estudos.

A moralidade é outro conceito relevante da análise dos mercados ilegais, sobretudo por orientar a adoção de condutas econômicas entre os atores sociais. Portanto, neste artigo a moralidade comercial é entendida como, “[...] that actors act in accord an ce with some principle which is oriented (also) toward the well-being of others or the common good and is follow e de ven if it demands to forgo additional personal profitor utility.” (BECKER, 2005, p. 7). Contudo, se os agentes comerciais estão de acordo com o envolvimento de deliberações e pactos, também, implica supor que mediante as especificidades de ajustes e oportunidades comerciais, inclui-se perfis de comportamentos “sem” arrependimentos diante da ausência de aspectos morais, ou que buscam meios de autobeneficiamentos.

Quanto a influência de aspectos morais sobre o comportamento dos mercados, Sandel (2013, p. 131-132) promove parte desse debate sobre a tendência cruel e amoral das relações comerciais ao atenderem certas demandas de natureza bizarra e perversa de determinados ‘nichos’ de clientes. O cenário de relativização de critérios morais para oferta de produtos sob procura de consumidores endinheirados, demonstra o interesse do comércio em balizar o lucro como principal estímulo para o seu desenvolvimento. De forma análoga, com relação ao território estudado da periferia, observa-se que o fato da procedência duvidosa ou ilícita de peças automobilísticas no ferro velho pouco incomoda aos compradores, interessando ao

vendedor apenas o lucro (**Foto 01**) e, desinteressando a ambos a possível origem criminosa das peças.

Num sentido mais amplo, as coerções e o aspecto voraz do comércio, em se manter cada vez mais o lucrativo, elenca cenários típicos da violência. Ou, em outras palavras:

A famous contemporary expression of the unwanted consequences of morally motivated behavior in markets is Milton Friedman's (1973) dictum that "the social responsibility of business is to make profits." According to Friedman, any deviation from profit maximization is itself morally problematic since the moral task of economic actors is to maximize economic welfare. (BECKER, 2005, p. 5).

Partindo da concepção objetiva dos comércios em maximizar os lucros é que compreendemos parte considerável dos ambientes desenvolvedores dos mercados ilegais, que por sua vez, estão atrelados as transações fora da lei, como o próprio conceito aponta, e tendem a favorecer espaços de concorrência, caracteristicamente relacionado a própria violência comportamental humana.

Nesse sentido, Minayo e Souza (1998, p. 514-515) elencam algumas das correntes explicativas mais difundidas e seus principais fundamentos argumentativos, nas seguintes teses:

- a) Compreende a violência, enquanto um fenômeno de representação intrínseca à natureza humana, e, portanto, compatível com a deflagração de mecanismos instintivos de agressividade para a preservação da espécie. Os atributos biológicos como cor, raça, etc., seriam considerados determinantes da violência;
- a) Deduz que a conduta violenta deriva do modelo de desenvolvimento urbano-industrial característico das metrópoles, cujos efeitos disruptivos provocados pelos movimentos migratórios campo/cidade, exporia a população migrante a condições desumanas. O urbano, a favela e a periferia seriam considerados lócus da violência e berço da barbárie;
- b) Percebe que as condutas e os processos de delinquência e/ou violência, representariam os componentes resultantes de uma espécie de estratégia de sobrevivência desenvolvida pelas camadas populares expropriadas, num estágio inicial da luta entre classes;

SERAFIM, A.; ANDRADE, G.; OLIVEIRA, P. A pesquisa geográfica e os mercados ilegais: nexos entre a inovação territorial e informalidade. Recife, v. 08, n. 02, p.63-82, 2023. <Disponível em <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2023.259186>>

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

- c) A última atribui e vincula o aumento da violência, da insegurança e da criminalidade ao crescente esvaziamento do papel de autoridade máxima do Estado, enquanto instituição neutra, equânime e mantenedora da ordem e do bem-estar social, representada por seu aparato jurídico e policial.

Certamente que a violência evidencia suas sutilezas não apenas no campo semântico ou atitudinal dos indivíduos e dos comércios. Estudiosos sobre a criminalidade nas cidades contemporâneas, relacionam o alcance de sua intervenção como parte relevante de um padrão funcional e paisagístico das metrópoles (MISSE, 2006). Tendo em vista a crescente dimensão econômica que a violência adquire no espaço, os enclaves territoriais ordinariamente expressos na paisagem por meio da mercantilização do corpo, do tráfico de entorpecentes, produtos ‘pirateados’, etc., revelam a disposição no território de recursos e sistemas de objetos, cuja ‘intencionalidade’ das barganhas refletem a natureza multidimensional de conflitos contidos no frágil vínculo entre moralidade, violência e comércio. As relações comerciais expõem outros níveis de degradação da condição de vida nos ambientes urbanos, sobretudo, quando agregada o estímulo competitivo e pouco solidário das disputas nos mercados ilegais, cujos comportamentos potencializam formas de violência.

Se considerarmos geograficamente os mercados como mais uma dimensão das relações humanas, que não pode ser estimada apenas através de critérios econômicos, mas, também está circunscrita pela tendência de certos mercados à informalidade econômica ao favorecimento de atos criminosos, também, torna-se possível distinguir a força e a coerção como seu padrão de violência. Segundo Misse (2006, p. 2) o processo de acumulação social da violência pode ser ampliado pela dinâmica dos mercados ilegais inspirada na própria noção de ‘capitalismo político’ de Weber, “[...] cujo recurso aquisitivo era baseado no poder e na violência e não na troca pacífica livremente pactada”, referindo-se à natureza das transações econômicas.

Waiselfisz (2004, p. 16) elenca também como características gerais da violência “a noção de coerção ou força; dano que se produz em um indivíduo ou grupo de indivíduos pertencentes à determinada classe ou categoria social, gênero ou etnia”, do mesmo modo também, torna-se necessário observar a concepção de violência introduzida por Arendt (1994, 2000), cuja interpretação sobre o fenômeno se desenvolve no campo político. Seu debate traça

aspectos dialéticos da materialização de episódios políticos, em que a sociedade estabelece uma ligação imanente com o espaço geográfico e os princípios de poder e de violência. Hanna Arendt, em sua obra a **Condição Humana**, faz um paralelo desses conceitos reunindo alguns elementos consensuais relativos aos temas e pondera que:

O único fator material indispensável para a geração do poder é a convivência entre os homens. Estes só retêm poder quando vivem tão próximos uns aos outros que as potencialidades da ação estão sempre presentes; e, portanto, a fundação de cidades que, como as cidades-estados, converteram-se em paradigmas para toda a organização política ocidental, foi na verdade a condição prévia material mais importante do poder (ARENDDT, 1987, p. 213).

Sobre as condições estruturais e o campo político de atuação dos mercados ilegais, relacionados as características do ‘submundo’ que o envolve, Misse (2006, p. 3) adverte, a partir de estudos sobre o modelo econômico ilícito na capital carioca, que se observa sua expansão territorial da informalidade/ilegalidade dos comércios em grandes áreas populacionais, estimulado por condições sociais específicas de carência, desemprego, má distribuição de renda e exclusão social das classes desfavorecidas. Tais precedentes para o estabelecimento desse tipo de ‘mercado informal e ilegal’, são capazes de absorver não apenas o trabalhador precarizado e excedente em torno do comércio versátil, mas, tende em diferentes ciclos econômicos, constituir-se numa conjuntura de sobrevivência ordinária ligada às poucas opções de trabalho da população carente (**Foto 02**), como no caso dos agentes informais de segurança do bairro.

Outra questão inerente à economia ilícita na área estudada é a facilidade com que se barganham os recursos que dispõe o território, tomando para si a criatividade, ‘a malandragem’ e os tipos sociais em detrimento da construção indenitária da comunidade, adaptando as práticas de ilicitude e de informalidade ao mercado local, cujas fronteiras morais entre eles são sutis e intercambiáveis, dialogando com os demais sistemas formais de comércio e sob o consenso da inexistente fiscalização pública. Daí a facilidade de introduzir a interferência de padrões de sociabilidade marcados por alternativas de autorregulação “[...] que envolvem signos de violência” (MISSE, 2006, p. 4), a fim de perpetuar demandas como venda de ‘proteção’, extorsões e disputas por áreas de comercialização (**Foto 03**).

A noção de violência nos mercados ilegais, também, pode adquirir uma perspectiva

essencialmente instrumental, conectada à imposição do poder através da brutalidade, desse modo, sendo considerada apenas como um meio pelo qual se alcança um objetivo, como o lucro ou a garantia de pagamentos, essenciais para a autorregulação do empreendimento. Porém, contraditoriamente, nenhum poder legítimo pode ser estabelecido unicamente pela ação de atos brutais. Portanto, “do cano de uma arma emerge o comando mais efetivo, resultando na mais perfeita e instantânea obediência. O que nunca emergirá daí é o poder” (ARENDDT, 1994, p. 42). Assim, a filósofa estabelece uma veemente oposição conceitual entre poder e violência. Logo, onde um existisse o outro não poderia também estar, ou seja, ambos os conceitos estabeleceriam uma absoluta incompatibilidade empírica e conceitual sobre a vida social. Dessa forma, o poder não seria uma propriedade exclusiva de um indivíduo, mas um bem coletivo, assim: “Poder corresponde à atividade não apenas para agir, mas para agir em concerto” (ARENDDT, 1994, p. 33).

É evidente que o pensamento ‘arendtiano’ contempla as categorias de análise espaciais. Mas, sua abordagem, ao ser relacionada a aspectos constitutivos do perfil de transações dos mercados ilegais, aprofunda-se o debate, acerca de temas como dignidade humana, cidadania, direitos humanos, democracia, entre outros aspectos considerados fomentadores da vida pública e urbana. Contribui assim, para reorientar as prioridades estratégicas na agenda dos planejadores urbanos e faz a própria análise geográfica ampliar suas discussões sobre os espaços afetados pela violência, superando a superficialidade dos dados.

Se a “[...] cada diminuição no poder é um convite à violência” (ARENDDT 1994, p. 62-63), a análise filosófica ‘arendtiana’ discerne o poder como resultado de uma construção coletiva e voluntária que “não necessita de justificativa”, sendo apenas consolidada, enquanto permanecem firmes os vínculos comunais e a vida política ativa dos cidadãos (ARENDDT, 1994, p. 40). Ou seja, a manifestação da violência nos mercados ilegais desqualifica o surgimento e a manutenção do poder autenticamente solidário, sendo considerada como seu indeferimento ao longo de vários momentos dos mercados contemporâneos. Arendt (1994, p. 44- 45) destaca que a violência equivale à paralisação, a negação ou a eliminação do trânsito de poder legítimo das relações sociais nos espaços urbanos.

A análise geográfica sobre as ambivalências entre o perfil inovador no território das técnicas dos mercados ilegais

Corrêa (2006, p.16) esclarece que a evolução do saber geográfico implica na operacionalização de uma linguagem específica que corresponde a um esforço de teorização resultante de vários momentos de discussões inerentes a sua formação enquanto ciência.

Dentro do pensamento geográfico, empregam-se entre os cinco conceitos fundamentais (paisagem, lugar, território, região e espaço), a noção de território, considerada específica no método geográfico, por sintetizar uma ‘objetivação particular’ do trabalho humano sobre o mundo, especialmente por aludir às transformações/ inovações provocadas pelo ‘empoderamento’ ou hierarquizações constituídas pela dimensão espacial da inovação, introduzida pelas técnicas e “[...] inspirada na ideia de meio técnico-científico-informacional” (FERNANDES, 2016).

O uso criterioso das aplicabilidades conceituais geográficas, junto a análise socioespacial das atividades dos mercados, assegura a Geografia uma abordagem autônoma (sem prejulgamentos), ampla (sem omissões), mas pragmática, na busca de meios interpretativos sobre os fenômenos ou fatos geográficos, a saber:

Os fatos geográficos deveriam ser visíveis, mensurados, observáveis e experimentados. A Geografia passa a ser considerada uma ciência que estuda o espaço num contexto de integração das relações existentes entre sociedade/natureza. Suas pesquisas seriam realizadas por meio do emprego dos conceitos fundamentais de paisagem, lugar, região, território e de espaço, sendo este último, considerado o mais abrangente dentre as noções fundamentais para a análise geográfica. (MORAES, 1999, p. 25-26).

Vale ressaltar que, embora o presente ensaio enfatize, apenas, dois desses conceitos: o lugar e, especialmente, o território (estudado pela dinâmica em rede integrada de potencialidades ou de territorialidades no espaço), mas que compartilham, simultaneamente, através da concepção de ‘lugar’ um significante de espaço vivido (CORRÊA, 2006, p. 30), ligado à experiência coletiva. Porém, o território diferencia-se pela identificação do processo de apropriação do espaço por um determinado grupo através da técnica. Sendo assim, acrescenta-se que é no espaço urbano dos mercados ilegais e informais, formado por seus

conjuntos sistêmicos, contraditórios e interconectados de objetos e ações, que se produz a historicidade de quadros únicos (SANTOS, 2002, p. 63), onde a técnica tem papel fundamental para a sobrevivência da população.

A técnica como elemento operacional de análise dos mercados ilegais sobre recortes intraurbanos, utilizar-se-á concepções de Território/territorialidade sugeridos por Raffestin (1993, p. 144), cuja abordagem analítica de um território quase sempre assumiria representações da manifestação de poder, elemento constitutivo de toda relação humana. Sua inscrição no espaço é estabelecida por intermédio da ação conduzida entre os atores sintagmáticos, responsáveis por produzir as formas apresentadas pelo conjunto estrutural, em decorrência das relações de força, realizadas para o desenvolvimento ou produção do próprio território.

O território “[...] é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia ou informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder”. (IBIDEM, p. 144). O resultado desse quadro analítico do sistema territorial, sob o enfoque econômico, permite sintetizar imagens variadas da cidade, inclusive sobre comércios considerados a margem das regras estabelecidas formalmente (**Foto 03**). Portanto:

As imagens territoriais revelam as relações de produção e conseqüentemente as relações de poder, e é decifrando-as que se chega à estrutura profunda. Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que “produzem” o território. [...] Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem ‘territórios’ (RAFFESTIN, 1993, p.152).

Considerando tal viés interpretativo, as imagens territoriais de modelos econômicos ‘à sombra’, tendem a superar a percepção aparentemente estática das paisagens dos centros urbanos e ou em seus subúrbios, contextualizando, em escala local, o gradual sistema de complexas redes de pequenas violências, brutalidades, opressões e padrões comerciais, similares aos de grandes centros comerciais, com o uso de extorsões, escambo de proteção, etc.(MISSE, 2006, p. 4),que suscitam modelos comercialização e competição adaptáveis às realidades, imitados inclusive em territórios de baixa renda (**Foto 01**).

SERAFIM, A.; ANDRADE, G.; OLIVEIRA, P. A pesquisa geográfica e os mercados ilegais: nexos entre a inovação territorial e informalidade. Recife, v. 08, n. 02, p.63-82, 2023. <Disponível em <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2023.259186>>

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

Foto 01: Ferro velho informal situado as margens da BR 101/ Av. Dois Rios



Fonte: Google maps

A pesquisa geográfica inerente aos processos de comercialização ilegais nos subúrbios, revela diferenciações no território habitado, a partir das potencialidades locais, como a capacidade adaptativa em lugares insalubres e o estabelecimento de competitividades. Mesmo na informalidade, a principal fonte de manutenção e sobrevivência do ferro velho clandestino (Foto 01), destaca-se pela diversidade das peças e o baixo custo do produto, além da disponibilidade imediata ao consumidor. Também, é importante registrar que o pagamento é relativamente facilitado, além de ser feito em dinheiro, pode ser realizado através de cartão de crédito ou através de permutas. Em outras palavras, os mercados ilegais representam “o crescimento das economias subdesenvolvidas, que é sobretudo um processo de assimilação da técnica prevalecente na época”. (FURTADO, 2006, p. 204).

A técnica inovadora do comércio de peças sem procedência está baseada no uso da resiliência administrativa e estrutural, como mecanismo de superação diante de variadas adversidades, sejam fiscais, estruturais ou de logística, desencadeando por exemplo, a necessidade de autorregulação gerencial, a incorporação de novas tecnologias de pagamento (catões de débito/crédito/pix) e/ou da recomposição emergência da cede em outras áreas

SERAFIM, A.; ANDRADE, G.; OLIVEIRA, P. A pesquisa geográfica e os mercados ilegais: nexos entre a inovação territorial e informalidade. Recife, v. 08, n. 02, p.63-82, 2023. <Disponível em <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2023.259186>>

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

adjacentes, que podem ser consideradas estratégias comuns de ‘fuga’ nesse ramo.

Diante da improbabilidade de não haver investigações a respeito da origem dos produtos do ferro velho, as relações de poder entre os agentes fiscalizadores e o proprietário subtendem a existência de acordos e ‘contratos’ informais. Os agentes econômicos estão dispostos a reelaboração de acordos que redimensionam seus pactos, desde que mantenham ou ampliem suas margens de lucro.

A adoção de padrões informais de funcionamento em comércios ilegais corresponde a construção de moralidades que tendem dar “[...] supports the functioning of markets by reducing transaction costs”. (BECKER, 2005, p. 5), contribuindo para uma ampliação de práticas de negociação de autobenefícios de comerciantes em detrimento da venda sem legalidade de peças de carros.

Nesse sentido, para Raffestin (1993), o poder assumiria duas nuances: a primeira plenamente identificável e concernente às manifestações exercidas (**Foto 01**), “[...] por intermédio dos aparelhos complexos que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos. Este seria o poder visível, macio e identificável”. Contudo, o mais ameaçador corresponderia àquele “[...] que não se vê, ou que não se vê mais porque se acreditou tê-lo derrotado, condenando-o à prisão domiciliar”. [...] “Tornando-se perene, pois não é mais visível, é consubstancial com todas as relações” (RAFFESTIN, 1993, p. 52). Assim, a violência assume tantas sutilezas, quanto à origem do poder que a mantém.

A perspectiva de análise espacial de mercados clandestinos, elenca uma abordagem que se dispõe a identificar, alterações adaptativas do cotidiano em consequência das atividades econômicas, subjacentes as relações de poder no território (expressa nas territorialidades). Emprega-se uma concepção ontológica de territorialidade não balizada apenas em redundâncias a respeito de “ligações espaciais”, mas busca-se compreender os detalhes que compõem os conteúdos que tecem suas relações de poder (simétricas e assimétricas), originadas numa “perspectiva tridimensional entre sociedade – espaço – tempo” (RAFFESTIN, 1993, p. 160). Daí, ao longo do estudo proposto, mobiliza-se uma noção multidimensional de territorialidade, pela qual nos lugares e nos territórios construídos:

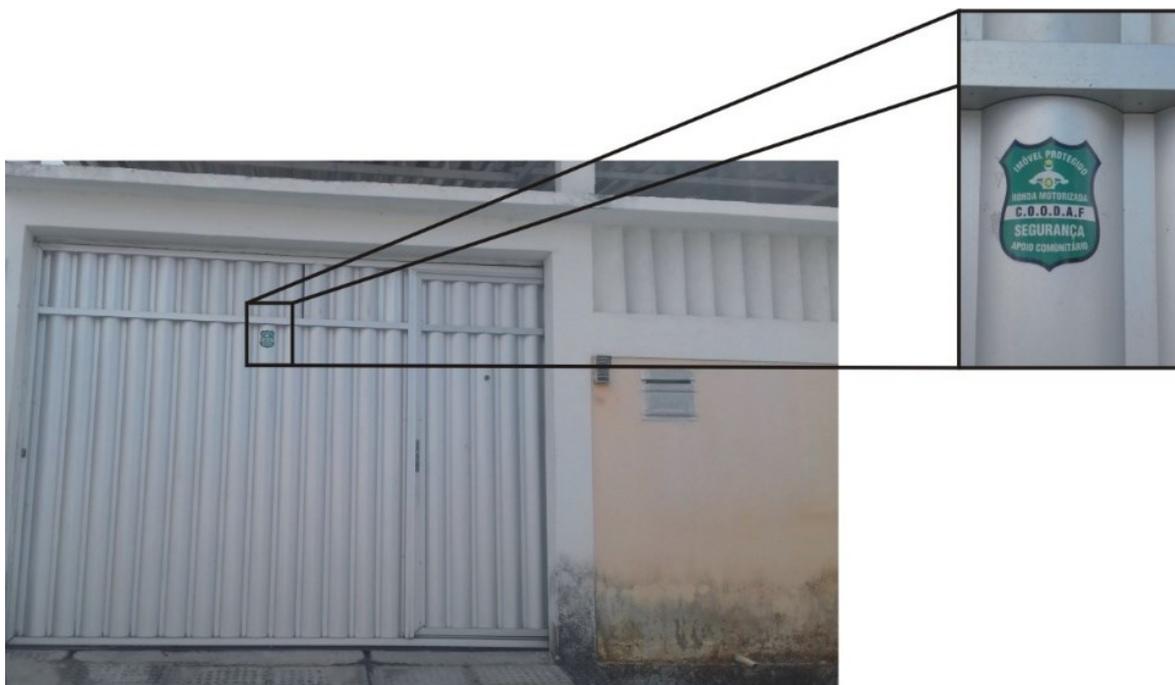
[...] Se reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens ‘vivem’, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial e por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas as relações são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores sem se darem conta disso, se automodificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele (RAFFESTIN, 1993, p. 158-159).

Uma abordagem sensível ao perfil inovador da vida diária, representada através de **fixos**¹ estruturantes e de **fluxos** dinâmicos nas relações informais do comércio, condicionam interfaces únicas, que salienta microestruturas pouco conhecidas, mas associadas ou mimetizadas das superestruturas dos mercados tradicionais, que regem a manutenção de muitas das violências e opressões sociais. Ou seja, é relevante reconhecer que, sobretudo, nos ambientes das periferias a comercialização e circulação de produtos ilegais exemplifica um espaço formado por um sistema de objetos e um sistema de ações que “[...] assim em todos os tempos, só que hoje os fixos são cada vez mais artificiais e mais fixos, fixados ao solo; os fluxos são cada vez mais diversos, mais amplos, mais numerosos, mais rápidos”. (SANTOS, 1994, p. 110). O espaço das periferias é exemplo do intercâmbio de mercadorias e do consumo local globalizado.

Outro caso estabelecido de mercados ilegais no espaço das áreas de baixa renda é a expansão da ‘oferta’ dos serviços de proteção residencial por parte de agentes informais de segurança (**Foto 02**), que através da vigilância, desempenham o papel preventivo contra a violência e a criminalidade. Tal entendimento sobre a dinâmica ordinária do espaço intraurbano, possibilita compreender a complexa realidade e os fatores que podem condicionar a aceitação da prestação de serviço através do estímulo coercitivo sobre os moradores. As ideias de proteção circundante desses agentes informais veem da concepção de ‘cooperativa’ local, que por estar inteirada das dificuldades da comunidade, podem contribuir com a pacificação do território, regendo as divisões de domínio de sua proteção. Embora não seja nada comprovada a ligação com a criminalidade, por meio de acordos com seus líderes, o medo de exposição a possíveis ataques incentiva e fortalece o silêncio da população e a ilegalidade dessa atividade.

SERAFIM, A.; ANDRADE, G.; OLIVEIRA, P. A pesquisa geográfica e os mercados ilegais: nexos entre a inovação territorial e informalidade. Recife, v. 08, n. 02, p.63-82, 2023. <Disponível em <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2023.259186>>

Foto 02: Selo da prestadora de serviço informal de segurança do bairro em portão residencial



Fonte: Os autores - **UR 02

Nesse caso, os mercados ilegais de ‘segurança’ constituem um sistema criativo oriundo da economia formal, cujo diferencial no bairro é atender as demandas de forma personalizada e desburocratizada, lidando diretamente com os questionamentos dos ‘clientes’, sobretudo entendendo detalhes que compõe a realidade que trabalham. Na medida em que se auto-organiza e autorregula conforme padrões de sobrevivência constituídos pelo comércio formal de segurança, os comércios ilícitos adaptam-se moralmente as demandas (SANDEL, 2013, p. 133), se diferenciando por criar ‘nichos’ de oportunidades mercadológicas nas comunidades onde se situam.

Ação dos ‘seguranças do bairro’ (**Foto 02**) demonstra a flexibilização de normas de convivência específicas, como a interferência velada sobre o direito de escolha do produto pelos moradores. Diante do estímulo ao medo da criminalidade, impõe-se um serviço de seguridade patrimonial através da reversão de parâmetros normativos da oferta e da procura voluntária,

SERAFIM, A.; ANDRADE, G.; OLIVEIRA, P. A pesquisa geográfica e os mercados ilegais: nexos entre a inovação territorial e informalidade. Recife, v. 08, n. 02, p.63-82, 2023. <Disponível em <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2023.259186>>

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

pois os moradores se submetem ao modelo de segurança informal baseado na ameaça diária e sutil de retaliações ou de exposição a crimes (furtos, assaltos, etc.).

Certeau (1994) desenvolve uma noção não reducionista dessas ações diárias e do exercício de poder. Os detalhes contidos nas formas de convivência das relações de poder, definem o verdadeiro papel transformador da realidade. Seria por meio das diversidades e simplicidades de gestos que se constituem nas ações ordinárias da vida que explicam a criação de códigos que estabelecem os vínculos entre o lugar e os indivíduos/ entre o espaço e o cotidiano. Portanto, a investigação espacial sobre os comércios ilícitos acompanha no lugar sua relação com a coerção e o medo, indagando o cotidiano:

[...] porque se trata de distinguir as operações quase microbianas que proliferam no seio das estruturas tecnocráticas e alteram os seus funcionamentos por uma multiplicidade de ‘táticas’ articuladas sobre os ‘detalhes’ do cotidiano; contrárias por não se tratar mais de precisar, como a violência da ordem se transforma em tecnologia disciplinar, mas de exumar as formas sub-reptícias que são assumidas pela criatividade dispersa, tática e bricoladora dos grupos ou dos indivíduos presos agora nas redes da ‘vigilância’ (CERTEAU, 1994, p. 41).

A leitura pragmática das táticas da economia ‘extraoficial’ realça a ideia de que a baixa qualidade de serviços fornecidas pelo Estado (segurança, saúde, educação, etc) deixa lacunas para a criação de ambientes comerciais informais e ilícitos. A ausência de lideranças e fiscalização governamental é estratégica para a geração de novas posturas de comercialização e alteram o contrato social, constituindo territorialidades autênticas daquela localidade, como por exemplo, formuladas a partir do argumento da assistência extra de carências como ‘favores’ de socorrer de doentes, o transporte de pequenas compras e o acompanhamento de moradores ao chegar em horários tardios da noite. O destaque de inovação desse produto de segurança é a personalização do serviço.

Também é comum na lacuna da infraestrutura social que os mercados ilegais ampliem seu campo de atuação. Ou seja, o modelo teórico geográfico sobre a ilegalidade/informalidade nos mercados deve considerar as várias possibilidades não-oficiais que o território oferece em sua constituição, sendo o papel criativo dos pequenos comerciantes (**Foto 03**) e a disponibilidade colaborativa das variáveis econômicas (como a malandragem, a disponibilidade de mão de obra, etc.), os principais subterfúgios para a atender demandas

SERAFIM, A.; ANDRADE, G.; OLIVEIRA, P. A pesquisa geográfica e os mercados ilegais: nexos entre a inovação territorial e informalidade. Recife, v. 08, n. 02, p.63-82, 2023. <Disponível em <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2023.259186>>

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

populares suscitadas através de problemas de sobrevivência (MISSE, 2006, p. 5 -6).

Foto 03: pequenos estabelecimentos comerciais com artigos pirateados

78



*A: UDH Lagoa Encantada - **B: UDH UR 2 - ***C: UDH UR 4

Fonte: Os autores

Diante da complexidade operativa atingida pela abordagem geográfica sobre o fenômeno dos mercados ilegais, não restrita apenas as determinações positivistas ou organicistas da informalidade, resgata-se a definição sugerida por Santos (2002, p. 194) sobre territórios opacos, pelos quais se identificam por serem áreas com baixa capacidade de atração de variáveis econômicas, enquanto nos territórios ‘luminosos’ ocorre o contrário, concentrando competitividades e investimentos. Contudo, o espaço geográfico das periferias pesquisado,

SERAFIM, A.; ANDRADE, G.; OLIVEIRA, P. A pesquisa geográfica e os mercados ilegais: nexos entre a inovação territorial e informalidade. Recife, v. 08, n. 02, p.63-82, 2023. <Disponível em <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2023.259186>>

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

apreende oportunidades de comercialização, divergindo da ideia de áreas sem capacidade de autodesenvolvimento econômico, mas ao concentrar uma dinâmica comercial particular em pequenos comércios representados na **Foto 03**, distingue-se por outra realidade além dos territórios luminosos ou opacos, mas desenvolvem-se e interagem com localidade e são abastecidos e dependem de estoques contrabandeados ou com notas fiscais adulteradas que vem de outras áreas do território.

O entendimento associado ao mercado de produtos com procedência ilegal ou ‘pirata’, destacada nos comércios na **Foto 03**, está relacionada a venda de eletroeletrônico, a artigos fonográficos e cinematográficos. Uma das principais justificativas da clientela para a procura desses itens é a sensação de democratização de produtos com baixo custo, e, está baseada numa experiência local de informalidade e ilegalidade dos produtos, que passa a não incomodar os consumidores interessados em ter acesso ao padrão de consumo de outros extratos sociais, mas apenas facilitado pela oferta de produtos ‘pirateados’ em pequenos estabelecimentos. Certas áreas desse comércio imprimem na paisagem uma ideia de ‘bazar’ dinâmico e efervescente (MISSE, 2006), que de acordo com Andrade e Torres (2003) essas práticas desenvolvidas nos espaços periféricos acabam por se caracterizar por acordos tácitos entre o formal e o informal em uma simbiose que só é possível de acontecer nas economias subdesenvolvidas. Corroborando com as ideias que se apresentam em nosso objeto de estudo

Considerações finais

Para KOSIK (2010, p.54), o método científico representa a estratégia, o caminho ou o meio pelo qual se torna possível decodificar os fatos. Desse modo, o método geográfico representa um esforço de compreender a realidade concreta, refletindo de forma integral como a organização espacial do comércio é produzida em um dado momento histórico. As categorias de análise geográfica sobre a informalidade e ilegalidade facilitam o entendimento do poder exercido no território pelos agentes que o dinamizam, superando a análise descritiva e apreendendo a inovação territorial das atividades econômicas ‘extraoficiais’, baseadas no comportamento tradicional do comércio, gerando inclusive a especialização espacial em alguns

casos, onde nichos específicos de mercadoria irá se estabelecer em determinados recortes espaciais da cidade, compreendidos enquanto território de ação.

Nesse caso a inovação territorial desenvolvida pelo comércio ilícito e informal é a síntese das interações de sobrevivência produzidas por agentes econômicos em comum, representando as formas e as funções acumuladas historicamente através da assistência de demandas geradas a partir da dinâmica social de processos difusos, intercambiantes, sobrepostos e opostos de cooperação, desenvolvidos pela população em um dado momento sobre a superfície da terra.

O território da periferia é assinalado como objeto do presente estudo por compreender seus movimentos atrelados ao mercado através da competição, coerção, autorregulação e o lucro, e sua organização explicativa torna-se imprescindível para desvendar a realidade comercial em sua essência. Decompor a atividade econômica das periferias permite romper com interpretações geográficas compartimentadas e descritivas, expondo como os fenômenos sociais populares, assimilam à sobrevivência dos moradores com o comércio e seus mecanismos de violência, a relativização da moralidade e a criação de alternativas de oferta. Algumas das possibilidades correlativas às técnicas do comércio; dos serviços informais; e ilegal é ocupar as lacunas deixadas pelo Estado, desinteressado em fiscalizar e cumprir seu papel preventivo contra as práticas da ilegalidade na oferta de bens e serviços.

Partindo da abordagem teórico-metodológica de estudo de caso, considera-se a coexistência solidária e contraditória de pares dialéticos (informalidade e legalidade) inerentes à constituição dos recortes comerciais e o território. A apreensão de diferentes aspectos de conflitos desenvolvidos por variados agentes produtores do espaço conduz a elaboração do entendimento processual de unicidade sistêmica dos lugares em diferentes escalas territoriais interferindo sobre o comércio, ora criando demandas (consumo de artigos eletroeletrônicos ‘pirateados’, peças automobilísticas de ferro velhos, serviços informais de segurança, etc) que revelam a necessidade de consumir como acontece nos espaços da cidade formal. Ou seja, a cidade permeada pela informalidade representa uma unidade complexa, complementar, segmentada e contraditória de sistemas de objetos e sistemas de ações em constante movimento. Daí a importância de compreender como tais variáveis interagem de forma indivisível na

SERAFIM, A.; ANDRADE, G.; OLIVEIRA, P. A pesquisa geográfica e os mercados ilegais: nexos entre a inovação territorial e informalidade. Recife, v. 08, n. 02, p.63-82, 2023. <Disponível em <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2023.259186>>

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

(re)produção do espaço da e nas cidades periféricas.

Ademais, outro aspecto relevante, sobre a questão da ilegalidade do comércio como foco de pesquisas geográficas, revela-se pela possibilidade de extrapolar as interpretações produzidas sobre a realidade urbana baseadas em médias estatísticas. O diálogo com o espaço possibilita, de forma pragmática e conceitual, o resgate da funcionalidade de elementos espaciais, no sentido de contribuir efetivamente para o processo de inclusão social, pois a ilegalidade do mercado é, sobretudo, um meio de sobrevivência da população carente e deve fazer parte do debate construído acerca das imbricações e paradoxos que vicejam na realidade das periferias. Ou seja, além de garantir a reprodução social dos indivíduos que ali laboram, serve também para garantir o acesso a bens e produtos que no mercado formal não seria permitido por conta dos custos da formalidade (impostos). Por intermédio da aplicação de conceitos e categorias de análises geográficas do território é possível analisar a dinâmica socioespacial que permeiam as relações comerciais formais e informais e ilegais, com o lugar em suas várias escalas.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, E. S. y GOMES, E. T. A. **O estudo do comércio informal ao longo dos principais eixos de circulação da cidade do Recife - Brasil: a moradia como local de (re)produção do capital, o caso da avenida Recife**. Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2003, vol. VII, núm. 46(044). Disponível em : <[http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(044\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(044).htm)> . Acessado em 16/07/2023.
- ARENDDT, Hannah. Sobre a violência. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- BECKERT, Jens. **The Moral Embeddedness of Markets**. MPIfGD Discussion Paper, No. 05/6, 2005. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/10419/19920>> . Acessado em 16/01/2018
- CERTEAU, M.A **invenção do cotidiano I: as artes do fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito chave da geografia. In: CORRÊA, R. L, CASTRO, I. E.; P. C. Gomes (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2006.

SERAFIM, A.; ANDRADE, G.; OLIVEIRA, P. A pesquisa geográfica e os mercados ilegais: nexos entre a inovação territorial e informalidade. Recife, v. 08, n. 02, p.63-82, 2023. <Disponível em <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2023.259186>>

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

- FERNANDES, A. C. A diversidade da Geografia brasileira. In SPOSITO, Eliseu et al. **Escalas e dimensões de análise e da ação**. Rio de Janeiro, Consequência Editora, 2016.
- FURTADO, C. Formação de capital e desenvolvimento econômico (1950). Série memórias do desenvolvimento. **Cadernos do Desenvolvimento**. Ano 1, n. 1 (2006). Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2006.
- KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 8.reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- MINAYO, M. C. de S.; SOUZA, E. R. de. **Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva**. História, Ciências, Saúde, Manguinhos, v. 4, n.3, p. 513-531, fev. 1998.
- MISSE, Michel. O Rio como um bazar: a conversão da ilegalidade em mercadoria política. In MISSE, Michel(Org.). **Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana**. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2006.
- MORAES, Antonio Carlos Roberto. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: HUCITEC, 17ª ed. 1999.
- ODALIA, N. **O que é violência**. São Paulo: Nova Cultural: Brasiliense, 1985.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- SANDEL, Michael J. **Market Reasoning as Moral Reasoning: Why Economists Should Re-engage with Political Philosophy**. Source: The Journal of Economic Perspectives, Vol. 27, No. 4 (Fall 2013), pp. 121-140. Published by: American Economic Association. Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/23560025>>. Acessado em 19/01/2018
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2002.
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2012: Os novos padrões da violência homicida no Brasil**. Versão para web. Disponível em: <http://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_web.pdf>. Acessado em: 28 de fev. 2013a.